

SERviço MILITAR

Boletim Informativo sobre o actual modelo de Serviço Militar

Disponível em www.mdn.gov.pt

Nº 2 - Julho/Agosto 2008 - Ano I

Destaque

MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

“Igualdade significa condições e oportunidades semelhantes”



A entrada das mulheres nas Forças Armadas tem motivado vários estudos e reflexões. A Professora Helena Carreiras, que tem acompanhado este processo desde o início, falou-nos das principais mudanças ocorridas, das dificuldades encontradas e da extensão dos deveres militares às mulheres.

2

REGIMES DE VOLUNTARIADO E DE CONTRATO



Que opções?

8

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL INAUGURA CIOFE



7

Ainda neste número:

4 CENTROS DE DIVULGAÇÃO DE DEFESA NACIONAL DO ALFEITE E DE BRAGA

6 RECENSEAMENTO MILITAR: PRESENTE E FUTURO

10 EXPERIÊNCIA PORTUGUESA GERA INTERESSE INTERNACIONAL

11 A DEFESA EM NÚMEROS: MILITARES NO FEMININO

12 SABIA QUE EM FRANÇA...?

ENTREVISTA À PROFESSORA HELENA CARREIRAS

“Para haver igualdade é necessário garantir que todas as pessoas tenham condições e oportunidades semelhantes”

Corria o ano de 1961 quando ingressaram nas Forças Armadas as primeiras mulheres - seis enfermeiras pára-queda, conhecidas como as “Seis Marias”. Contudo, só em 1988 se começaram a abrir verdadeiramente as portas da instituição militar ao género feminino. Este processo foi acompanhado de perto pela Professora Helena Carreiras, através de diversos estudos científicos, na área da Sociologia.

SERVIÇO MILITAR - Há quanto tempo estuda a questão das mulheres nas Forças Armadas?

Helena Carreiras - Faz exactamente este ano duas décadas desde a entrada da “segunda geração” de mulheres na instituição militar, nomeadamente na Academia da Força Aérea. Quando isso aconteceu, estava a preparar-me para fazer o mestrado e senti urgência em acompanhar este processo novo. Desde o início, pareceu-me que a entrada de mulheres numa instituição exclusivamente masculina, fundada sobre princípios da masculinidade, iria constituir um observatório privilegiado de dinâmicas sociais que, neste contexto, acontecem de forma mais amplificada. Iniciei o meu trabalho de campo em 1992, com o estudo da integração das primeiras mil mulheres. A partir daí fui acompanhando sempre esta evolução, tendo realizado depois um trabalho comparativo a nível internacional, para ajudar a perspetivar o que estava a acontecer em Portugal (objecto da minha tese de doutoramento em Florença).



MULHERES TÊM MOTIVAÇÕES MAIS TRADICIONAIS

SM - De acordo com os estudos que tem efectuado, o que mais motiva as mulheres a seguir uma carreira militar?

HC - Entre as mil militares que inquiri, a principal motivação era a atracção pela disciplina e pelo ambiente organizado das Forças Armadas, que no fundo se traduzia numa tentativa de encontrar um ambiente mais justo, em que as regras poderiam garantir oportunidades mais equilibradas de acesso

e progressão na carreira. Contudo, as motivações vão-se alterando ao longo do tempo de permanência nas fileiras, verificando-se uma tendência para a valorização da vertente mais ocupacional, mais materialista, como a estabilidade profissional, a perspectiva de poder continuar os estudos, a inserção profissional e a obtenção de um emprego.

SM - Que tipo de dificuldades encontraram?

HC - As mulheres enfrentam resistências decorrentes do seu reduzido número, do facto de constituírem um grupo considerado intrusivo em muitas situações e de entrarem numa ocupação que é estereotipicamente definida como masculina. Assim, são habitualmente identificados três tipos de problemas: o excesso de visibilidade que têm como grupo provoca pressões no desempenho; o exagero das diferenças e criação de barreiras por parte do grupo dominante provoca também algum isolamento social; e, finalmente há um processo de estereotipização em que as mulheres são mais identificadas como membros de um grupo que como indivíduos no exercício da profissão militar. Além disso, na maior parte das sociedades ocidentais, as mulheres são chamadas a desempenhar o duplo papel de profissionais e mães/cuidadoras do lar. Nesse sentido, há uma pressão maior que se exerce relativamente às suas opções de carreira, sendo que muitas optam, em certos momentos, por privilegiar a família.

MENOS MUDANÇAS DO QUE SE PREVIA

SM - Ao longo desses anos, que mudanças surgiram na instituição militar?

HC - A presença de mulheres, por si só, transformou a imagem das Forças Armadas, sobretudo para o exterior. Apesar de as mulheres serem uma minoria, a sua mera presença provocou algumas alterações do ponto de vista dos ambientes de trabalho e dos quadros de interacção nas unidades militares, e seguramente tem contribuído para transformar a percepção social das Forças Armadas. Contudo, o mesmo não poderá afirmar-se no plano mais estrutural, das formas de organização, dos padrões normativos e culturais, ou até das características das relações sociais. As transformações não foram tantas como se poderia prever, uma vez que tem havido sobretudo uma adaptação por parte das mulhe-

res à cultura dominante. Em todo o caso, presumo que vão ocorrer algumas alterações importantes, que têm a ver com a diversificação das missões das Forças Armadas. De acordo com vários estudos, a presença de mulheres em missões humanitárias e de paz tem-se revelado um elemento positivo e uma mais-valia, nomeadamente na interacção com as populações locais.



IGUALDADE IMPLICA ADEQUAR PERFIL À FUNÇÃO

SM - Considera que com a abertura às mulheres da possibilidade de integrar todas as especialidades combatentes está estabelecida a igualdade de oportunidades nas Forças Armadas?

HC - Importa sempre distinguir dois níveis quanto à integração das mulheres nas Forças Armadas: o da integração formal, legal, e o da integração real, substantiva, social. Nem sempre políticas de direito se transformam facilmente em oportunidades de facto. Em Portugal, este acesso tem vindo a verificar-se, embora existisse ainda uma situação ambígua, relativamente a restrições impostas pela Marinha, que não eram suportadas pela lei geral nem pela Constituição da República. O facto de se terem eliminado estas restrições parece-me um primeiro passo importante, mas não se resolveram todos os problemas. Importa realçar que igualdade não significa tratar todos da mesma forma, mas sim garantir que, apesar de diferentes, todas as pessoas possam ter condições e oportunidades semelhantes, do ponto de vista do seu desenvolvimento pessoal e social.

SM - O que sugere, então, que seja efectuado para estabelecer essa igualdade?

HC - Penso que o ideal seria haver critérios que não tenham a ver com uma regra universal para a profissão militar, porque existem diferentes especialidades. Fazia mais sentido avançar para um modelo que tentasse adaptar os requisitos dos candidatos, sejam homens ou mulheres, às exigências das áreas ou do tipo de funções. Em alguns países têm-se realizado várias tentativas de resolver este problema, embora nem sempre motivadas por questões de integração, mas sim pelo facto de se constituir assim uma base de recrutamento mais alargada e de se conseguir recrutar gente qualificada. Muitas vezes, estas estratégias permitem a sobrevivência da instituição na competição com outras organizações que pretendem recrutar os mesmos indivíduos.

O DDN DEVERIA SER UM DEVER CÍVICO

SM - Qual a sua opinião relativamente à extensão dos deveres militares às mulheres?

HC - Há muitos anos que tenho assumido publicamente que não fazia sentido a ausência de mulheres no Dia da Defesa Nacional (DDN). Regozijeime profundamente na altura em que foi possível mudar a situação. Parece-me que o DDN é uma actividade muito bem conseguida, que está a atingir os seus objectivos, sendo uma forma de as pessoas terem acesso a informações que, de outra maneira, dificilmente conseguiriam. É importante que todos os cidadãos participem e possam ter voz sobre estas matérias, uma vez que se tem verificado, ao longo dos tempos e principalmente nas sociedades ocidentais, um afastamento das questões da defesa.

SM - Na sua opinião, que repercussões terá esta mudança na sociedade portuguesa?

HC - Poderá haver algumas reacções. Até agora os grupos de interesse não se pronunciaram porque não se deram bem conta do que vai acontecer. É provável que surjam reacções, não tanto pela presença das mulheres ser obrigatória, mas mais pela instituição de um dever militar às mulheres. A participação no DDN deveria ser mais encarado como um dever cívico, porque a defesa não se limita à sua componente militar, tem a ver com muitas outras dimensões importantes da nossa segurança colectiva. Estou convencida que, de uma maneira geral, as reacções serão favoráveis. ●

PERFIL

Maria Helena Chaves Carreiras, nascida a 26 de Setembro de 1965, é licenciada e mestrada em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e doutorada em Ciências Sociais e Políticas, pelo Instituto Universitário Europeu, em Itália. Além de docente no ISCTE, faz parte da Comissão Científica do Departamento de Sociologia deste estabelecimento de ensino superior e é, também, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Tem diversas obras publicadas, onde aborda temáticas referentes à participação das mulheres nas Forças Armadas, nomeadamente "Gender and the Military. Women in the Armed Forces of Western Democracies" (2006), "Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul" (2002) e "Mulheres nas Forças Armadas" (1997).

